

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [25ª Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 1.2- [1ª Audiência Pública Regional](#)
 - 2- [MATÉRIA VOTADA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 3- [ORDENS DO DIA](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissões](#)
 - 4- [EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 4.1- [Comissão](#)
 - 5- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 6- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 7- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-
-

ATAS

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 12 DE JUNHO DE 1995

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Correspondência: Ofícios, telegramas e cartões - **Apresentação de Proposições:** Projeto de Lei nº 305/95 - **Oradores Inscritos:** Discursos dos Deputados Geraldo Nascimento, Alencar da Silveira Júnior e Irani Barbosa - Questão de ordem - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 20h14min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Rêmoló Aloise - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Anivaldo Antônio - Antônio Andrade - Arnaldo Penna - Carlos Murta - Dinis Pinheiro - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Leite - José Bonifácio - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Luiz Antônio Zanto - Marco Régis - Mauri Torres - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Ata

- **O Deputado Paulo Schettino**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- **O Deputado Alencar da Silveira Júnior**, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"OFÍCIO*

Ouro Preto, 8 de junho de 1995.

Senhor Presidente,

Renovo a Vossa Excelência a confiança do Município e do Povo de Ouro Preto no elevado espírito público dessa Presidência e do Legislativo Mineiro, no sentido de não ser autorizada a realização de plebiscito no Distrito de Cachoeira do Campo, com vistas à emancipação.

Cachoeira do Campo é um dos onze Distritos do Município de Ouro Preto. Localiza-se no centro geográfico do Município, limitando-se com Distritos de Ouro Preto por todos os lados. Sua separação caracterizaria, portanto, inaceitável atentado à integridade

e unidade do Município de Ouro Preto.

A Assembléia Legislativa de Minas, nascida em Ouro Preto, certamente haverá de evitar essa terrível agressão à Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade. A divisão de Ouro Preto teria lamentáveis repercussões no País e no Exterior, especialmente através da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNESCO, que acompanha, com preocupação, a tentativa de mutilação do Município de Ouro Preto.

Contanto com a lúcida visão de Vossa Excelência e dos ilustres Pares, atenciosamente,

Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Prefeito de Ouro Preto.

- À Comissão de Assuntos Municipais.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"OFÍCIO*

Esmeraldas, 2 de junho de 1995.

Senhor Deputado,

Tendo tomado conhecimento de que tramita por esta egrégia Casa pedido de emancipação dos povoados de Melo Viana e Tijuco, que seriam desmembrados do município de Esmeraldas, vimos manifestar nossa total oposição a tal pleito.

O município de Esmeraldas, que hoje integra a Região Metropolitana de Belo Horizonte, é um município de muito pouca renda, sendo esta arrecadada principalmente da exploração agropecuária, especialmente pecuária leiteira, que se vislumbra em toda a sua extensão territorial. Retirar uma parte do nosso município para se criar um novo município seria dividir a pobreza em dois, o que é um absurdo.

Os povoados de Melo Viana e Tijuco são importantíssimos para compor a hoje pequena renda do nosso município, têm pequena população, nenhuma indústria, infra-estrutura precaríssima e desprovidos de qualquer comércio, o que lhes impossibilita a pretensão de se emanciparem. Mas, no contexto geral, fazem falta à unidade do município.

O projeto de emancipação apresentado não pode vingar sob pena de tornar o município de Esmeraldas inviável.

Solicitando de V. Exa. que se una à nossa campanha contra a divisão do nosso município de Esmeraldas, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Francisco José Rezende dos Santos, Presidente do Sindicato Rural de Esmeraldas."

- À Comissão de Assuntos Municipais.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Fernando Alberto Diniz, Deputado Federal, agradecendo convite para participar da reunião que será realizada para tratar de assuntos relacionados ao Projeto Jaíba. (- À Comissão Especial - Projeto Jaíba.)

Do Sr. Sílvio Mitre, Secretário da Habitação, informando, em atenção a requerimento do Deputado Durval Ângelo (expedição de títulos de propriedade dos lotes do Bairro Jardim das Alterosas, em Betim), que, tão logo o Estado obtenha a propriedade da referida área, aquela Secretaria apresentará proposta para titulação dos moradores, com base no cadastramento sócio-econômico que já está sendo feito pela Prefeitura de Betim.

Do Sr. Eduardo Farias, Deputado à Assembléia Legislativa de Pernambuco, agradecendo convite para participar do encontro em prol da revitalização do rio São Francisco, a ser realizado por esta Casa. (- À CIPE - São Francisco.)

Do Sr. Amir Pedro de Melo, Presidente da Câmara Municipal de Vazante, parabenizando esta Assembléia pelos resultados obtidos na audiência pública regional do Noroeste, ocorrida em Unai, e postulando seja a próxima audiência realizada em Vazante.

Do Sr. Walter Arantes Guimarães, Presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba, encaminhando cópia de requerimento da Vereadora Neuza dos Reis Domingues Souza, deferido pela Presidência daquela Casa, em que solicita seja enviado ofício a esta Assembléia a fim de que se realize audiência pública regional naquele município, em 1996.

Do Sr. Haroldo Vítor de Azevedo Santos, Assessor da Subchefia de Relações Intergovernamentais da Casa Civil da Presidência da República, acusando o recebimento do Ofício nº 651/95/SGM, que encaminhou requerimento do Deputado Ibrahim Jacob, e informando que o expediente foi enviado ao Ministério da Fazenda, para exame.

TELEGRAMAS

Dos Srs. Márcio Reinaldo Moreira, Antônio do Valle e Marcos Lima, Deputados Federais, e Mauro Roberto S. de Vasconcellos, Diretor-Geral do DER-MG, agradecendo convite para participar da reunião especial em homenagem à PMMG.

Do Sr. Francelino Pereira, Senador da República, agradecendo a remessa, por esta Casa, dos exemplares da publicação "Resultados Eleitorais - Eleições de 1994".

CARTÕES

Do Sr. Alysson Paulinelli, Secretário de Agricultura, agradecendo o envio, por esta Casa, dos exemplares da publicação "Resultados Eleitorais - Eleições de 1994".

Dos Srs. Cláudio Mourão, Secretário de Administração, e Rubens Machado de Lacerda,

Corregedor-Geral de Justiça, agradecendo convite para participar da reunião especial em homenagem à PMMG.

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 305/95

Dá a denominação de Anel Rodoviário Deputado Pedro de Tassis ao anel rodoviário de Governador Valadares.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O anel rodoviário de Governador Valadares, que liga a BR-381 à BR-259, passa a denominar-se Anel Rodoviário Deputado Pedro de Tassis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 1995.

Bonifácio Mourão

Justificação: O referido anel rodoviário sempre foi um sonho e um reclamo dos valadarenses. Para conseguir tal obra, todos os políticos da região se empenharam, mas ninguém mais valorosa e incansavelmente que o Deputado Federal Pedro de Tassis.

Filho de tradicional família, ele nasceu em 6/5/38, em Castelo, Espírito Santo. Seu pai, Ivo de Tassis, filho de descendentes de austríacos, em 30/1/38, aportou no novo eldorado que se anunciava ser Figueira, lugar promissor para quem desejava criar a família, fazer sucesso e prosperar. Em setembro daquele mesmo ano, ele trouxe a esposa, D. Josefina Perim Tassis, e os filhos, Ismael, Ivete e Pedro. Viveu em Governador Valadares como marceneiro. Lá nasceram os filhos Ivan, Ivanor,IVALDO, Ivolmar, Itamar, Ildemar, Ivana e Ivo. Falecendo o Sr. Ivo em 13/3/74, o comando da família passou à brava D. Josefina.

Despontou o filho Pedro como líder político e empresário de sucesso. Casou-se, em 5/10/63, com Magda Maraslis, com quem teve três filhos. Desde os 20 anos, iniciou novo ciclo de vida, dedicando-se de corpo e alma à política. Candidato a Vereador pelo PSP, partido de Ademar de Barros, conseguiu eleger-se com a segunda votação mais expressiva da época, em 1962. O então mais jovem Vereador de Governador Valadares acumulou 11% dos votos válidos nas 230 urnas da cidade, perdendo, apenas, para outro grande cidadão, o Vereador Raimundo Rezende. Valadarense apaixonado, tentou, por duas vezes, eleger-se Prefeito e conseguiu boa votação. Eleito Deputado Federal, cumpria seu primeiro mandato.

Como empresário, sempre acreditou no potencial de Valadares e teve como referencial dois grandes empreendimentos. Em 1968, construiu o Hotel Realminas, o mais moderno do interior do Estado, inaugurado pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que foi à cidade, especialmente, para cortar a fita inaugural. Seu segundo grande empreendimento foi a construção do terminal rodoviário, também inaugurado, em 1970, especialmente, por políticos de peso, como Tancredo Neves e Renato Azeredo, pai do atual Governador de Minas, ambos do MDB, partido ao qual se filiara Pedro de Tassis. Graças à rodoviária nova, o fluxo turístico da cidade aumentou consideravelmente, passando de 20 mil para 60 mil embarques por mês, o que representou uma fonte de arrecadação de impostos e de geração de empregos para o município.

Como Deputado Federal, eleito pelo PMDB, com mais de 28 mil votos, Pedro de Tassis teve sua atuação sempre voltada para a região que nele confiou. Sempre brincava dizendo que fora eleito pelo voto distrital do Leste do Estado. Dessa forma, batalhou pela sua região, conseguindo, como relator na Comissão Mista do Orçamento no Congresso Nacional, destinar um montante de US\$110.000.000,00 para as estradas do vale do rio Doce. Foi nessa Comissão, à qual dizia ter tido acesso depois de muito trabalho, que começou a desenvolver o projeto de implantação do referido anel rodoviário, testemunho do trabalho de um Deputado dedicado à sua gente. Essa obra completou a infra-estrutura rodoviária da região, eliminando pontos críticos do tráfego de veículos pesados e interligando as Rodovias BR-381 e BR-259.

Ao final de 1993, Pedro de Tassis procurou um médico, por causa de complicações de saúde e teve um diagnóstico macabro. Entretanto, como na política, na vida, o sonho não se acaba, e ele resolveu apostar na tecnologia, nos avanços da ciência e da medicina. Após um tratamento obstinado, teve a sensação de encontrar-se totalmente curado, o que o levou a novamente enfrentar as urnas. Lançou-se candidato à reeleição, mas o guerreiro foi vencido pela morte no dia 19 de janeiro próximo passado.

Por tudo que representou para Governador Valadares, Pedro de Tassis merece ser lembrado também pelo poder público, razão pela qual aguardo de meus nobres pares apoio à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Administração Pública, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Geraldo Nascimento, Alencar da Silveira Júnior e Irani Barbosa proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, solicito o encerramento da reunião por falta de "quorum".

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência, verificando de plano a inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos, encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 13, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DA 13ª LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, REALIZADA EM SETE LAGOAS, NOS DIAS 4 e 5 DE MAIO DE 1995, DESTINADA A OUVIR O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE ORGANIZADA DA PARTE DA REGIÃO CENTRAL, QUE COMPREENDE AS MICRORREGIÕES DE SETE LAGOAS, CURVELO, CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, DIAMANTINA E TRÊS MARIAS

Módulo I

Às treze horas do dia quatro de maio de mil novecentos e noventa e cinco, no auditório da Fundação Educacional Monsenhor Messias, em Sete Lagoas, comparecem os Deputados Wanderley Ávila, Sebastião Navarro Vieira, Ermano Batista, Alencar da Silveira Júnior, Antônio Andrade, Carlos Pimenta, Francisco Ramalho, Marcelo Cecé, Miguel Martini e Raul Lima Neto. Com a presença de dez Deputados, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a audiência e convida a tomar assento à Mesa o Deputado Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, 2º-Vice-Presidente; o Deputado Marcelo Cecé, majoritário da cidade de Sete Lagoas; o Sr. Múcio José Reis Júnior, Prefeito Municipal de Sete Lagoas; o Vereador Fábio Álvares Cabral, Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas; Sr. Marcos Pestana, Secretário Adjunto de Planejamento e Coordenação Geral; o Sr. Luiz Carlos Elói, Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça para Assuntos Legislativos; e o Conselheiro João Bosco Murta Lage, Vice-Presidente do Tribunal de Contas. Isso posto, a Presidência registra a presença, no recinto, do Sr. Gilson Assis Dayrell, Subchefe de Relações Intergovernamentais, representando o Ministro Clóvis Carvalho, e profere palavras alusivas ao evento, após o quê suscitam questões de ordem os Prefeitos de Abaeté e de Três Marias, prontamente respondidas pela Presidência. A seguir, fazem suas exposições os representantes dos Tribunais de Justiça e de Contas e da SEPLAN, respectivamente, o primeiro, o segundo e o terceiro expositores, e o Prefeito de Sete Lagoas. Encerrada a 1ª parte do Módulo I, o Deputado Ermano Batista esclarece aos participantes como deverão apresentar e justificar as propostas do seu município. Isso posto, fazem uso da palavra os representantes dos Municípios de Abaeté, Alvorada de Minas, Araçai, Augusto de Lima, Baldim, Biquinhas, Buenópolis, Caetanópolis, Capim Branco, Cedro do Abaeté, Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Corinto, Cordisburgo, Couto Magalhães de Minas, Curvelo, Datas, Diamantina, Dom Joaquim, Felício dos Santos, Felixlândia, Fortuna de Minas, Funilândia, Gouveia, Inhaúma, Inimutaba, Jabuticatubas, Jequitibá, Joaquim Felício, Maravilhas, Matozinhos, Monjolos, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Morro do Pilar, Paineiras, Papagaio, Paraopeba, Pequi, Pompéu, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Prudente de Moraes, Santana de Pirapama, Santana do Riacho, Santo Hipólito, Senador Modestino Gonçalves, Serra Azul de Minas, Serro, Sete Lagoas e Três Marias. Cumprido o objetivo da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, encerra o Módulo I e convida os participantes para a reunião do Módulo II, amanhã, dia 5, às 9 horas, destinada à votação das dez propostas prioritárias para a região, bem como para a plenária final, também de amanhã, às 13h30min, destinada à discussão e ao ordenamento das dez propostas prioritárias e à eleição da comissão de representação que acompanhará os desdobramentos dos resultados desta audiência pública. Levanta-se a reunião.

Módulo II

Às nove horas do dia cinco de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem no auditório da Fundação Monsenhor Messias, em Sete Lagoas, os Deputados Maria José Hauelsen, Ermano Batista, Ajalmar Silva, Alberto Pinto Coelho, Alencar da Silveira Júnior, Almir Cardoso, João Batista de Oliveira, Marcelo Gonçalves, Marcos Helênio e Raul Lima Neto. Com a presença de dez Deputados, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara abertos os trabalhos do segundo módulo da reunião das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa, dos Poderes Executivo e Judiciário e do

Tribunal de Contas, destinada à realização da 1ª Audiência Pública Regional da 13ª Legislatura. A seguir, a Presidência informa aos participantes que a reunião se destina a selecionar as dez propostas mais significativas para a região, as quais serão objeto de discussão e votação na plenária final. Esclarece ainda que, no decorrer dos módulos de hoje, os participantes deverão fazer uso do formulário de votação das propostas prioritárias, do formulário para votação da comissão de representação, os quais deverão ser devolvidos à recepção nesta data, até às 11h30min, e do cartão de votação, a ser usado à tarde; o primeiro formulário deve ser devolvido com a indicação de dez números diferentes, vedada a indicação repetida da mesma proposta. Conforme anúncio feito na reunião de ontem, dia 4, o Presidente lembra aos presentes que será eleita hoje a Comissão Regional de Representação, a qual acompanhará os desdobramentos das audiências públicas e será composta por até cinco representantes de cidades diferentes, para garantir maior representatividade. Dessa forma, nenhum município terá mais de um representante na referida Comissão. Os participantes poderão inscrever-se como candidatos a membros dessa Comissão, hoje, até às 11h30min, até às 13h30min, poderão votar em cinco candidatos. Nesse instante, suscitam questões de ordem os representantes dos Municípios de Sete Lagoas, Baldim e Morro da Garça, prontamente respondidas pela Presidência, que, em seguida, suspende a reunião para entendimentos sobre as propostas a serem indicadas. Reabertos os trabalhos e cumprido o objetivo da reunião, o Presidente agradece a presença de todos e encerra o Módulo II, convidando os participantes para a plenária final, logo mais, às 13h30min, destinada à discussão e ao ordenamento das dez propostas prioritárias e à eleição da comissão de representação que acompanhará os desdobramentos dessa audiência pública. Levanta-se a reunião.

Módulo III

Às treze horas e trinta minutos do dia cinco de maio de mil novecentos e noventa e cinco, no auditório da Fundação Educacional Monsenhor Messias, em Sete Lagoas, comparecem os Deputados Agostinho Patrús, Wanderley Ávila, Maria José Haueisen, Ermano Batista, Ajalmar Silva, Alberto Pinto Coelho, Alencar da Silveira Júnior, Almir Cardoso, João Batista de Oliveira, Leonídio Bouças, Marcelo Cecé, Marcelo Gonçalves, Marcos Helênio, Raul Lima Neto e Romeu Queiroz. Com a presença de 15 Deputados, o Presidente, Deputado Wanderley Ávila, declara aberto o Módulo III e convida a tomarem assento à mesa o Deputado Ermano Batista, Coordenador dos trabalhos, Conselheiro João Bosco Murta Lage, Vice-Presidente do Tribunal de Contas, o Sr. Múcio José Reis Júnior, Prefeito de Sete Lagoas, o Vereador Fábio Álvares Cabral, Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas. Isso posto, a Presidência registra a presença, no recinto, dos Vereadores Elson Corrêa Barbosa, Ivone Andrade, José Roberto de Sousa, Raimundo Alves Gonçalves e Ronaldo Canabrava; dos Secretários Municipais Afrânio Avelar Marques Ferreira, Leone Maciel Fonseca, João Pena Rodrigues, José Alfredo de Alencar Barreto, Geraldo Donizete de Carvalho, Rainy Workman Afonso de Menezes, Luiz Gonçalves Teixeira, Domingos Gilberto de Almeida, Cláudio Sérgio Romano, Ângelo Gonçalves, Renato Reis Lobo de Vasconcelos, Rodrigo Paiva Andrade, Carlos Roberto Batista D'Moraes, Ovídio Teófilo Keller Rocha Pereira, Marcelo Azeredo Barbosa, Geraldo Fraga, Maria de Fátima de Mello Cassini, Maria Aparecida França Canabrava, Evandro Chartuni Mantovani, Eduardo Andrade Lanza e Francisco Timóteo Pereira; dos representantes do Poder Judiciário, Ronaldo Filizola Guimarães, Maurício Coelho Pinto Filho, Adair Sebastião Alves e José Antônio Braga; dos Promotores de Justiça Ernane Geraldo Araújo, Sandra de Fátima Furlan, Paulo César Ferreira da Silva e Amaury Artimos; dos Delegados de Polícia Eduardo Beti Menezes, Robson Lima Goy e Ivan Viana Alves; do Sr. Marcelo Vianna, Diretor-Geral de Ensino das Faculdades de Sete Lagoas; e do Sr. Paulo Rogério Campolina Paiva, Presidente da Fundação Monsenhor Messias. Ato contínuo, o Deputado Ermano Batista comunica aos participantes que foram selecionadas as Propostas nºs 19, 31, 51, 54, 58, 61, 141, 145, 148 e 205, apresentadas, respectivamente, pelos Municípios de Santo Antônio do Itambé e Serra Azul de Minas; Maravilhas, Papagaios, Corinto, Diamantina, Monjolos, Santo Hipólito e Três Marias; Papagaios, Pequi e Pompéu; Senador Modestino Gonçalves; Abaeté; Diamantina; Felixlândia; Augusto de Lima e Conceição do Mato Dentro; e Sete Lagoas, e informa ainda como se dará o ordenamento dessas propostas. Isto posto, suscitam questões de ordem os Deputados Marcos Helênio e Raul Lima Neto; os representantes dos Municípios de Inimutaba, Santana do Riacho, Jabuticatubas, Baldim, Sete Lagoas, Santana do Pirapama, Felixlândia, Curvelo e Cordisburgo; e os representantes da MASF, da União de Vereadores de Minas Gerais e da Escola Estadual de Diamantina. Ato contínuo, a Presidência suspende os trabalhos para que se façam os preparativos para a 2ª parte da reunião. Reabertos os trabalhos, o Presidente, Deputado Agostinho Patrús, convida a tomarem assento à Mesa os Srs. Eduardo Azeredo, Governador do Estado; Clóvis de Barros Carvalho, Ministro de Estado, Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça; Múcio José Reis Júnior, Prefeito de Sete Lagoas; Vereador Fábio Álvares Cabral, Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas; Ronaldo

Filizola Guimarães, Juiz de Direito da Comarca de Sete Lagoas; e os Deputados Ermano Batista, Romeu Queiroz e Marcelo Cecé, respectivamente, Coordenador dos trabalhos, Líder do Governo e Deputado majoritário da região. Isso posto, o Presidente registra a presença, no recinto, dos Deputados José Militão e Tarcísio Henriques, e dos Srs. Carlos Eloy, Benjamin Campolina de Avelar Marques, José Carlos Amorim Sena, Castelar Modesto Guimarães, Berenice Menegale, Amílcar Vianna Martins e Aloísio Pimenta, e passa a Presidência ao Governador Eduardo Azeredo, que, na qualidade de Presidente de honra, faz sua saudação aos presentes. Os Prefeitos Geraldo da Conceição Ribeiro, Gilson Carvalho de Sales, José Monteiro da Cunha Magalhães, Múcio José Reis e Carlos Geraldo Valadares, respectivamente, Presidentes da AMME, AMEV, AMAJE, AMAV e AMASF, apresentam as propostas das associações microrregionais. A seguir, fazem uso da palavra para defender o ordenamento das Propostas n.ºs 19, 31, 51, 54, 58, 61, 141, 145, 148 e 205, priorizadas no Módulo II, respectivamente, os Srs. José Monteiro da Cunha Magalhães, Juvenal Heráclito Barbosa, Celso Almeida, Mário Reis Filgueiras, Geraldo Santos Bittencourt, Carlos Geraldo Valadares, Antônio Carlos Fernandes, Hemitério José da Silva, Wagner Saffe e Antônio Campolina França. Após a votação, as propostas receberam a seguinte ordem de priorização: 205 - destinação de R\$5.000,00 para a Irmandade Nossa Senhora das Graças, no Município de Sete Lagoas, para construção, complementação e reforma do seu complexo hospitalar; 145 - criação de escola agrotécnica em Felixlândia, como unidade da UEMG, utilizando-se as instalações da EPAMIG; 51 - asfaltamento da Rodovia MG-220, que liga Diamantina a Três Marias, por via de Corinto; 54 - asfaltamento da MG-060, que liga os Municípios de Pompéu e Papagaios, e encampação pelo DER-MG, da estrada que liga os Municípios de Pompéu e Pitangui; 31 - pavimentação da estrada que liga Maravilhas a Cachoeira da Prata; 141 - absorção da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina - FAFIDIA -, pela UEMG; 19 - melhoria do sistema de comunicação instalado no Pico do Itambé; 148 - implantação de universidade na região; 58 - asfaltamento de 100km da estrada que liga Couto Magalhães de Minas a Itamarandiba, passando por Senador Modestino Gonçalves e alcançando Felício dos Santos; e 61 - asfaltamento da estrada que liga Abaeté a Arapuá. A seguir, o Deputado Ermano Batista informa aos participantes que foram eleitos para a comissão de representação que irão acompanhar os desdobramentos dessa audiência os Prefeitos Carlos Geraldo Valadares, Geraldo da Conceição Ribeiro, Gêuber Félix Coelho, Gilson Carvalho de Sales e Múcio Reis, respectivamente, Prefeitos dos Municípios de Abaeté, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas, Inimutaba e Sete Lagoas. Isso posto, proferem discursos o Vereador Fábio Álvares Cabral, o Prefeito Múcio José Reis Júnior, o Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros, o Deputado Agostinho Patrús, o Ministro Clóvis Carvalho e o Governador Eduardo Azeredo, sendo que este, ao final do seu pronunciamento, declara encerrada a 1ª Audiência Pública Regional da 13ª Legislatura da Assembléia Legislativa.

Sala das Audiências Públicas, 5 de maio de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Ermano Batista - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Maria José Haueisen - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Antônio Andrade - Carlos Pimenta - Francisco Ramalho - João Batista de Oliveira - Leonídio Bouças - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marcos Helênio - Miguel Martini - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA APROVADA NA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, EM 13/6/95

Requerimento do Deputado Paulo Piau, pedindo audiência da Comissão de Agropecuária para apreciação do Projeto de Lei n.º 285/95.

Em 2º turno: Projeto de Lei n.º 8/95, da Deputada Maria José Haueisen, na forma do vencido em 1º turno.

Em redação final: Projeto de Resolução n.º 190/95, da Comissão de Agropecuária; Projetos de Lei n.ºs 1.644/93, de iniciativa popular, 51/95, do Deputado Sebastião Helvécio, e 23 e 24/95, do Deputado Ivo José.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 14/6/95

1ª Parte (Pequeno Expediente) (das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase (das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.
Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Luislândia do Oeste e Veredas quanto à sua emancipação do Município de João Pinheiro.
Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de São Pedro do Avaí quanto à sua emancipação do Município de Manhuaçu.
Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Serra Azul quanto à sua emancipação do Município de Mateus Leme.
Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Santana do Tabuleiro quanto à sua emancipação do Município de Raul Soares.
Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Monte Formoso quanto à sua emancipação do Município de Joaíma.
Requerimento nº 288/95, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando às Secretarias da Fazenda e do Planejamento informações referentes à receita e à despesa da Secretaria da Fazenda e ao quadro mensal de controle do limite dos créditos suplementares da Secretaria do Planejamento. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 214/95, do Deputado Gilmar Machado, que institui o passe livre nos ônibus coletivos urbanos em campanhas de vacinação. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno.
Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 33/95, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a apreensão de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 3 a 6, que apresenta.
Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 14/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 7/95 e 222/95, da Deputada Maria José Haueisen.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 14/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos de Emancipação nºs 164/95, do Deputado Anderson Adauto; 162/95, do

Deputado Antônio Júlio; 158/95, do Deputado Elmo Braz; 160 e 161/95, do Deputado Ermano Batista; 167/95, do Deputado Gil Pereira; 142, 152, 156 e 177/95, do Deputado José Henrique; 174/95, do Deputado Marcelo Cecé; 171/95, do Deputado Péricles Ferreira; 173/95, do Deputado Paulo Pettersen; 166/95, do Deputado Romeu Queiroz; 154 e 165/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 149 e 163/95, do Deputado Wanderley Ávila.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 400/95, do Deputado Paulo Piau.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 44/95, do Deputado Ermano Batista.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 36/95, do Deputado Francisco Ramalho; 66/95, do Deputado Wanderley Ávila.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 165/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 437/95, do Deputado Dimas Rodrigues.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 200/95, do Deputado José Henrique; e 218/95, do Deputado Miguel Martini.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bonifácio Mourão, Sebastião Helvécio, Elbe Brandão e José Maria Barros, membros da supracitada Comissão, para a 2ª reunião extraordinária, a ser realizada no dia 14/6/95, às 14h30min, no Plenarinho II, destinada a apreciar os Projetos de Lei nºs 200 e 218/95, em fase de redação final.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 99/95**

Comissão de Saúde e Ação Social
Relatório

A proposição em apreço, da Deputada Maria Olívia, objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Andrelândia -, com sede no Município de Andrelândia.

Publicado em 24/3/95, foi o projeto distribuído, para exame preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à sua tramitação e apresentou a Emenda nº 1.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão, para o 1º turno de deliberação conclusiva, em cumprimento às normas regimentais.

Fundamentação

A entidade que se pretende beneficiar com a declaração de utilidade pública presta atendimento a deficientes físicos e mentais, tendo como principal objetivo promover o bem-estar e a integração social do excepcional.

Pelas atividades de eminente caráter assistencial e filantrópico que vem realizando, torna-se a instituição merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 99/95 no 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 17 de maio de 1995.

Marco Régis, relator.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 181/95**

Comissão de Saúde e Ação Social
Relatório

Do Deputado Wanderley Ávila, a proposição em exame, que objetiva declarar de utilidade pública o Lar dos Velhinhos Dona Maria Abadia de Freitas Lima, com sede no Município de Iturama, foi aprovada no 1º turno, na forma original.

Compete agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria para o 2º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

A entidade em tela presta assistência social às pessoas idosas, provendo-as de assistência material, moral e espiritual, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo e credo religioso ou político.

Por seu trabalho de natureza filantrópica, julgamos oportuna a declaração de sua utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 181/95 no 2º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 12 de junho de 1995.

Jorge Hannas, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

**45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA
Discursos Proferidos em 7/6/95**

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a "riqueza de uma historiografia está baseada não só em seus autores como também nas chamadas obras de referência, que facilitam o trabalho dos pesquisadores e abrem novas pistas para o enriquecimento de quanto se fez". Com estas palavras, o Prof. Francisco Iglésias inicia a crítica sobre a publicação desta Assembléia, em parceria com a UFMG, denominada "Dicionário Biográfico de Minas Gerais - Período Republicano", publicada na revista "Veja", edição nº 1.393, de 24 de maio próximo passado.

Necessário, então, ocupar a tribuna desta Casa para, ao mesmo tempo que registramos a oportunidade daquela matéria, enaltecer o trabalho silencioso, quase despercebido, da Assembléia de Minas.

Necessário se faz, então, o nosso reconhecimento ao corpo funcional desta Casa, que vem demonstrando elevado conhecimento técnico, forte embasamento teórico e substancial formação acadêmica.

A Assembléia de Minas, através das suas Mesas, ao longo dos anos, tem sabido

valorizar o trabalho de funcionários que rompem o casulo da burocracia e, por atos concretos, transformam a rotina do serviço público, dando-lhe nova feição.

Desta maneira, Srs. Deputados, é dever de justiça citarmos a presença esclarecedora e sempre decisiva das Mesas que dirigiam esta Assembléia, notadamente aquelas coordenadas pelos Deputados Genésio Bernardino, Dalton Canabrava, Neif Jabour, Kemil Kumaira, Romeu Queiroz e José Ferraz, que possibilitaram, desde a assinatura do primeiro convênio com a UFMG, em 1983, o lançamento dos dois exemplares do nosso "Dicionário Biográfico", em janeiro de 1995.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados: a grande ação diretora da Mesa da Assembléia situa-se, na maioria das vezes, em pequenos atos, nem sempre de conhecimento público. São atos diminutos que, somados à grandeza do trabalho do corpo técnico da Casa, transformam-se em monumentos à altura do desenvolvimento de nossa gente. Que o diga o "Dicionário Biográfico Minas Gerais"; que o diga o "Projeto Memória Viva", que aguardamos ter brevemente em mão; que o diga a operacionalização das nossas audiências públicas que, nascidas de imposição constitucional e frutificadas através de atos decisórios da Mesa da Assembléia, só brotam, efetivamente, como águas transparentes pela ação vivificadora dos servidores deste Poder.

Conclamo, pois, a que cada Deputado passe a ver as ações diminutas e rotineiras da Mesa da Assembléia sob o prisma da moderna administração gerencial: todo ato decisório só será frutífero se, na essência, ele for tangível, ele for mensurável.

Assim sendo, sempre que atos possibilitem transformar suas conseqüências em algo mensurável, a favor do bem comum, é dever da Mesa apoiá-los. Quando, ao contrário, ações venham a ser propostas, mas cujas conseqüências ocasionam danos irreparáveis ao conceito desta Casa, a Mesa da Assembléia tem a obrigação, em defesa da instituição e do Poder a que serve, de não aprová-las.

Dá gosto, portanto, podermos observar que a assinatura de um convênio de trabalho com a UFMG, por intermédio do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH -, resultou em algo concreto e tão aplaudido como o nosso "Dicionário Biográfico" - notadamente, quando o aplauso vem do corpo editorial de um veículo de comunicação do porte da revista "Veja".

Dessa maneira, deixo expressos os meus mais sinceros cumprimentos ao corpo técnico desta Casa, na pessoa da servidora Myriam Costa de Oliveira, Gerente de Pesquisa, e aos servidores Juscelino Luiz Ribeiro, historiador e auxiliar de coordenação do projeto, e Antônio de Faria Júnior, responsável pela formatação e arte-final da obra. Eles e suas equipes souberam fazer brotar a ação decisória da Mesa da Assembléia em benefício do bem comum.

Nesta oportunidade, apresento à Mesa requerimento, solicitando a transcrição do artigo "República de Minas Gerais - Política Mineira É Tema de Dicionário" nos anais desta Casa. Considero importante que a memória desta Assembléia seja enriquecida pela crítica do Prof. Francisco Iglésias sobre a ação do Poder Legislativo de Minas, em acertada parceria com a UFMG, na defesa de nossa gente e de nossa cultura. Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

O Deputado Geraldo Nascimento - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, galeria e imprensa, há muito tempo venho pensando na difícil tarefa que é acabar com a crença de que o dia 13 de maio é dia de festa para todos os negros deste País.

Na semana passada um fato me levou a repensar a questão do negro.

O Governo brasileiro concedeu as primeiras terras aos descendentes das lutas dos quilombos. São títulos entregues na cidade de Boa Vista, região de Alto Trombetas, no Pará. Esse é o primeiro remanescente de quilombo oficialmente reconhecido no País.

Um fato de extrema importância num país de tantos negros, em que a Constituição Federal faz apenas duas menções à população considerada politicamente minoritária.

Nessa oportunidade, pretendo aqui colocar, no mínimo, dois pingos nos "is" da nossa história.

O primeiro fato: Joaquim Nabuco, um negro da época, bastante culto e influente na Corte, foi uma das vozes mais importantes contra a escravidão. Ele viu-se na obrigação de combater aquela vergonha. Ele, sábio que era, como somos todos nós, especialmente os mestiços, índios, marrons, mulatos, cumpriu seu papel histórico.

O segundo fato foi a pressão dos europeus para acabar com aquela vergonha nacional. O Brasil era o último país no mundo a manter a escravidão. A Princesa Isabel, sem alternativa, assinou a Lei Áurea de 13 de maio.

Desde então criou-se o preconceito e a necessidade de limpar a raça. Era preciso fazer a mistura dos negros e dos brancos. Esses, vindos da Europa, com suas condessas e condes, impunham a nova realidade.

Mas o Brasil resistia e resiste à sua moda. Viva Pedro Alcântara do romance "Tenda dos Milagres", de Jorge Amado. Viva Vinícius de Moraes. Viva a Bahia. Viva Minas Gerais. Viva Chica da Silva. Viva o Banco do Brasil, viva o Rio de Janeiro. Viva o Brasil, terra dos índios, terra da miscigenação, onde eles, os brancos, com seus casamentos impostos, não puderam evitar a saída de D. Pedro I do Brasil e os rumos que tomou a nossa história.

A fama do Brasil como paraíso alastrou-se por toda a Europa. Os europeus por aqui chegavam e encontravam o calor tropical e o axé baiano. Eles não poderiam mais falar de nosso Brasil como um país de escravos.

O negro liberto por pressão européia torna-se, logo a seguir, a principal força de resistência do Brasil, nas sucessivas guerras em que o País se envolveu, inclusive em Pernambuco. Para a Europa, os negros tornam-se os malditos pretos.

Com o passar dos séculos, a influência do negro por aqui cresceu. Nos Estados Unidos da América, preto ficou preto pelo sangue, pela cor. No Brasil, preto é raça, preto virou negro. O que era bom para o Primeiro Mundo tornou-se ruim para eles. Acabou-se, assim, forjando uma consciência negra.

Viva Zumbi dos Palmares, que ainda se faz presente no Brasil democrático. Vivam os quilombos. Viva o atabaque. Viva o berimbau. Viva o candomblé, religião africana. Pedro Alcântara era seu adepto. Vivam a capoeira, o samba e o carnaval. A cultura da miscigenação. A beleza de tantas manifestações culturais trazidas pelo povo africano e enriquecidas pelos europeus.

Viva a Senadora negra Benedita da Silva. Ela protocolou, ainda como Deputada, na Câmara Federal, projeto criando o Dia Nacional da Consciência Negra. Até hoje não aprovado.

Minas Gerais pretende contribuir com a Senadora em sua brilhante iniciativa. Minas Gerais deve ser o primeiro Estado da Federação a iniciar, de baixo para cima, o apoio ao dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Daqui a pouco outros Estados terão a mesma iniciativa, criando o dia estadual da consciência negra. Breve o Congresso desarquivará o projeto da Senadora Benedita da Silva, que, agora, está entrando com novo projeto de regulamentação sobre os remanescentes dos quilombos.

Srs. Deputados, estou protocolando hoje projeto de lei criando o Dia Estadual da Consciência Negra, por essas mesmas razões.

Para concluir, pergunto: com o reconhecimento dos quilombos, finalmente, podem os negros fazer festa comemorando a primeira Lei Áurea no Brasil? Finalmente os negros têm seus direitos garantidos 300 anos após Zumbi?

Isso mostra que ele, Zumbi, ainda se faz presente. Viva Zumbi. Gostaria de terminar dizendo: viva Zumbi dos Palmares. Meu muito obrigado. Espero a colaboração de todos os Deputados para aprovação desse projeto.

O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a bancada ruralista do Congresso Nacional, que vem defendendo os pequenos, médios e grandes agricultores, não está sendo bem interpretada ou compreendida. É a primeira vez que a agricultura levanta sua voz, com coragem, e está se fazendo ouvir para defender os interesses de uma classe oprimida e trabalhadora. Graças à bancada ruralista, composta de 140 Deputados de vários partidos, ligados direta ou indiretamente à agricultura.

Numa atuação elogiável, desassombrada e até corajosa, esses Deputados derrubaram o veto do Sr. Presidente da República sobre a extinção da TR para empréstimos futuros. Ao derrubar esse veto, eles abriram as portas para entendimentos e soluções de vários problemas da agricultura, e mostraram a atual e real situação aflitiva do setor. Parabéns aos nossos companheiros da bancada federal. Vamos em frente.

Entretanto, se faz necessário esclarecer as causas desses debates, para que não parem dúvidas nem se critique inadvertidamente. Temos que lembrar que a agricultura é a atividade mais antiga do homem, e ainda em pleno século XX, com toda a tecnologia, a mais difícil. A agricultura está sujeita a muitos fatores naturais e climáticos, além do que, para subsistir, depende do auxílio de financiamentos oficiais.

O Banco do Brasil é o órgão oficial de financiamento para o agricultor, e os juros variam conforme a origem dos recursos. Se vêm do Tesouro Nacional e conforme a categoria - grande, médio ou pequeno produtor - os juros vão de 6% a 9,5% mais TR.

Percebe-se que, quando o agricultor faz o financiamento, não está recebendo favores. Paga os juros normais de mercado que variam.

No momento, a situação se agravou com o surgimento dos problemas na comercialização da safra 1994/1995. Os empréstimos tomados no ano passado, no início da safra, foram feitos quando um saco de soja valia R\$11,00, o de milho custava R\$12,00 e o de feijão, R\$60,00, e a TR era de 2,5%. Havia entusiasmo e a resposta dos agricultores foi satisfatória. Plantou-se muito e os investimentos aumentaram.

Na colheita atual, inverteu-se a situação: os preços caíram, a TR subiu e a dívida aumentou. Não houve lucro. Vejam os senhores: o milho antes cotado a R\$12,00 está hoje a R\$4,50; o feijão, que estava a R\$60,00, hoje custa R\$22,00.

Se o agricultor paga o empréstimo, nada lhe resta. Se paga a metade, fica com dívida e sujeito a correções e superposições de juros.

Estamos nos referindo a agricultores honestos, que se desesperam com dívidas bancárias. Muitos, já se tem notícia, estão vendendo o que têm, dispensando empregados e partindo para outra atividade. Assistimos, domingo, a fatos como esse,

ocorridos no Sul do País.

Existem, sim, os privilegiados, os inadimplentes, os maus pagadores. Um pequeno grupo, na maioria empresas rurais, usinas, cooperativas, algumas pessoas físicas, que tranqüilamente rezam pela cartilha de que "banco não se paga, se enrola".

Esses são sempre os beneficiados que: conseguem novos empréstimos mesmo tendo débitos engavetados; continuam como clientes preferidos dos bancos; contam com a morosidade da justiça.

Para que os órgãos de informação fiquem cientes, agricultores não são só os que praticam a agricultura de subsistência. São agricultores também os pequenos e médios produtores que investem mais e se expõem aos riscos.

Mas são estes que sustentam a produção, que lutam por maior produtividade e que mantêm o mercado abastecido.

A cultura branda não leva ninguém à riqueza, à situação dos "barões do café", como disse um conceituado jornal. Fosse isso verdadeiro, toda Minas Gerais estaria mergulhada na grandeza daquela época, quando se evidenciou a supremacia econômica gerada pela opulência dos cafeicultores paulistas.

Senhores Deputados, a bancada ruralista não quer dar mais privilégios aos caloteiros. Ela já conseguiu um grande tento derrubando a TR e modificando as regras do jogo para o futuro. Lutam esses Deputados, agora, para resolver os problemas da safra 1994/1995, desastrosa por causa da oscilação na economia. Lutam para achar soluções que beneficiem os que realmente estão sofrendo, sem propiciar benesses a mais para os maus pagadores, aqueles que nem pensam em vender seus aviões, seu gado, suas fazendas e suas usinas.

Nós pregamos: 1 - que os maus pagadores sejam eliminados do crédito do Banco do Brasil e que a justiça tome conta de cada um deles; 2 - que a taxa para a agricultura seja pré-fixada, para que se trabalhe com segurança; 3 - que o empréstimo seja limitado para o grande produtor; 4 - que a dívida da safra anterior seja negociada. Assim estaremos prontos para um novo ano agrícola. Aviso: nossos concorrentes oferecem à agricultura juros de 8%.

Não bastassem as intempéries, o vento, o excesso ou a escassez de chuva, as pragas, a falta de uma política agrária mais segura, agora surge a campanha veemente da imprensa contra, genericamente, todos os agricultores. Considerar todos os agricultores caloteiros é o máximo da injustiça.

* - Sem revisão do orador.

46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 8/6/95

O Deputado José Bonifácio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou presente nesta tribuna, hoje, para congratular-me com o Diretor do DNER, Deputado Tarcísio Delgado, que conseguiu privatizar o pedágio da estrada Juiz de Fora - Rio de Janeiro. Devo encaminhar um requerimento à Mesa da Casa, solicitando que o mesmo se faça no trecho Juiz de Fora - Belo Horizonte.

O motivo dessa decisão, Sr. Presidente, é simplesmente o DNER não ter condições econômicas, financeiras ou até mesmo orçamentárias para resolver os problemas de 22 pontos críticos que esse trecho da estrada tem e que provocam um grande número de acidentes. Para os senhores terem uma idéia, no ano passado, ocorreram nesse trecho cerca de 1.503 acidentes, ou seja, uma média de 4,1 acidentes por dia, e, o mais grave, com mortos e feridos, num total de 1.064.

Em 1995, até agora, está pior. Informações oficiais nos mostram que já ocorreram 862 acidentes, numa média de quase 6 acidentes por dia, incluindo 4 mortos ou feridos, diariamente. Qual a solução, Sr. Presidente? É a mesma que o ilustre Diretor do DNER deu ao trecho Juiz de Fora - Rio de Janeiro: pedágio privatizado, para que a estrada possa, realmente, oferecer segurança aos senhores usuários. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores: assomo a esta tribuna para registrar, em um breve tempo, dois fatos que julgo de suma importância. Primeiramente, quero parabenizar o Executivo do nosso País pelas medidas que adotou recentemente: a quebra dos monopólios das estatais de petróleo e de telecomunicações.

Ontem, no Plenário do Congresso, vi que houve uma reação muito grande por parte de uma minoria que tentou passar à população brasileira a idéia de que os que são favoráveis à quebra dos monopólios são inimigos da Nação. Na verdade, Srs. Deputados, o monopólio é o maior inimigo do povo brasileiro. É preciso tomarmos consciência de que a nossa Nação não é as estatais, não é os cartéis, não é os empresários, mas o povo. Evidentemente, o homem pecaminoso tem o coração não balizado pela verdade, pela justiça; quando não tem competidores, quando tem uma massa incontável de milhares ou milhões de pessoas para manipular, quando domina um produto soberanamente, impõe a essa massa produtos caros e de péssima qualidade. É o caso da nossa gasolina, que, hoje, é a mais cara e a de pior qualidade do mundo. Outro exemplo vergonhoso é a TELEBRÁS. Em qualquer país do Primeiro Mundo, não existe essa vergonha, que é querer alugar um telefone e ter de ficar dois, três anos na fila. Isso acontece porque não

há competição. Existe o monopólio, que dá lucro, mas oprime o povo, porque este não consegue nada.

Numa época como esta, em que há mudanças radicais de conceitos, em que tudo caminha para a abertura de fronteiras, para a união dos povos, ainda há mentalidade retrógrada, ainda há conservadores, que lutam pelo monopólio e pela continuação das estatais. O Estado não pode, de maneira nenhuma, competir com os empresários. O Governo não deve competir, e sim, como um pai de família, propiciar condições e fiscalizar para que não se formem cartéis na iniciativa privada. Mas o Estado estatizante, o Governo que tem monopólios não pode fiscalizar e ditar regras para quebrar outros cartéis e monopólios, porque ele seria hipócrita, uma vez que o próprio Governo monopoliza, tem o domínio dos produtos e não compete.

Por isso, acredito que o País deu um passo muito importante, ontem, à noite, quando os Deputados Federais tiveram a audácia altiva, honesta e, sobretudo, de grande valor para a Nação de votar, em 1º turno, a quebra do monopólio do petróleo. A PETROBRÁS, com isso, será exortada a uma competição sadia. Grande empresa, ela tem todas as condições de produzir gasolina de melhor qualidade e com preço reduzido, para competir com outros empresários da iniciativa privada. Isso só vai beneficiar o povo brasileiro.

Srs. Deputados, os que são contra os monopólios não são contra o povo; pelo contrário, são membros do povo, proclamam opiniões emanadas do próprio povo, porque é necessário que todos tomem consciência e guardem bem que a Nação é o povo. Graças a Deus, estamos mudando e caminhando para uma evolução de consciência. Esses monopólios, que têm estagnado a Nação e impingido ao povo produtos de péssima qualidade e caríssimos, vão acabar.

O Estado deveria privatizar tudo e desempenhar o seu papel de administrador, dando a todos a mesma oportunidade e não permitindo mais nenhum tipo de monopólio em nosso País. Estamos caminhando para mudanças.

Desta tribuna, a mais alta do Estado, quero, ainda, elogiar o Executivo Federal e o Governador Eduardo Azeredo pela iniciativa que tiveram de trabalhar para a recuperação do São Francisco, o maior rio de integração, pois percorre a maior extensão de terras no território nacional; é um rio genuinamente brasileiro. Temos a certeza de que o Governo do Estado e o da União vão contar com o total apoio do povo e dos empresários, porque precisamos, na verdade, sanear o rio São Francisco. Apresentamos um projeto visando a acabar com a pesca predatória; seria um primeiro passo, porque o importante é sanear o rio, mas nosso projeto não foi aceito pela Mesa. Graças a Deus, é com orgulho que vemos, agora, o Governo do Estado copiar o nosso projeto. Ele terá o nosso total apoio e será uma emenda ao nosso projeto, porque se trata de uma decisão muito importante. Parabéns ao Governo Federal. Não somos situação, nem oposição, mas, neste momento, dou parabéns ao Presidente pela iniciativa de quebrar os monopólios e caminhar para a privatização e de sanear e salvar o rio São Francisco. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, imprensa, sei que hoje serei voz diferente aqui nesta tribuna, mas é necessário que expressemos nosso posicionamento e aquilo que pensamos. Gostaríamos de colocar que hoje a direita faz festa, e nós da esquerda reconhecemos que tivemos uma derrota. Temos a coragem de assumir que fomos derrotados nesta primeira batalha, mas essa guerra não está terminada. Venceu-se uma etapa, mas outras virão. Nossos companheiros, tidos como dinossauros, no México, hoje têm uma grande expressão nas serras mexicanas. Eles têm no seu comando o Sub-Comandante Marcus, que continua reagindo e continua dizendo que não aceitará que os mexicanos continuem como estão hoje, tendo, inclusive, suas contas de petróleo controladas pelo Governo norte-americano. Os mexicanos continuam lutando. Na Argentina, esta semana, o Ministro da Economia reconheceu que a Argentina entrou em recessão. Reconheceu que venderam tudo, entregaram tudo e agora não sabem o que fazer. Começaram a atrasar o pagamento dos servidores públicos para cobrirem despesas. Começaram a atrasar os pagamentos das empresas que foram contratadas para prestar serviços e, agora, não têm mais nada para oferecer como garantia para conseguir empréstimos. A Argentina está caminhando para o mesmo caminho do México: entrega absoluta e completa, porque não têm mais nada para oferecer. O capital internacional, que eles diziam entrar a rodo na Argentina para modernizar e flexibilizar a economia, hoje se retira das bolsas. O País agoniza em uma profunda recessão, e o povo está pagando caro por um discurso montado. Vamos continuar dizendo que esse modelo não nos interessa, que esse modelo é prejudicial à maioria do povo.

Esse modelo é bom? É bom sim, para um grupo de banqueiros que continuam arrebatando de ganhar dinheiro com essas altas taxas de juros, enquanto a maioria do povo está quebrando. As empresas de calçados fecham suas portas. As indústrias têxteis, além de fechar suas portas, estão demitindo seus empregados. Esse é o modelo da flexibilização, esse é o modelo de modernidade. Isso só é moderno para alguns setores, como para o monopólio da comunicação. Já que se fala tanto em modernidade e

flexibilização, por que não se quebra o monopólio da comunicação? Se é verdade que é preciso privatizar, é preciso, também, acabar com o monopólio da comunicação neste País, como acontece nos demais países civilizados do mundo. Nos países chamados modernos, uma família só pode controlar ou um jornal, ou uma estação de rádio, ou uma estação de televisão. Não pode ser proprietária dos três ao mesmo tempo. Por que não se implanta isso aqui? Porque isso não interessa ao principal monopólio de comunicação que temos, que é o Sistema Globo. Hoje, eles comemoram mais uma vitória e riem do povo brasileiro. Vamos continuar ousando dizer que não aceitamos isso e vamos resistir até o último momento. Vamos continuar de pé com o espírito da nação brasileira. Queremos continuar andando com nossas próprias pernas. Não queremos que o Governo determine o que devemos fazer. Não podemos aceitar que façam conosco o que se está fazendo com o México e o que irão fazer com a Argentina. Ainda temos alguma coisa a oferecer. O Governo mineiro, quando entra em crise e tem dificuldades, o que faz? Começa a vender ações da CEMIG, que é uma empresa do Estado, que dá lucro, para cobrir a incompetência de outros setores. Isso queremos discutir. O Governo Eduardo Azeredo está fazendo o mesmo que fez o Governo Hélio Garcia. Um empresário chamado Murilo Mendes, dono do grupo Mendes Júnior, incompetente para administrar, quebra, vai à falência. O que fez o Governo? O Governo de Minas Gerais vende ações da CEMIG, empresa do povo de Minas, e coloca o dinheiro na mão e no bolso da Siderúrgica Mendes Júnior, para cobrir rombo e incompetência. Onde está o Governo? Se é para privatizar, se é para se estabelecer a livre competição, por que não se deixa os empresários agirem desta forma, livremente? Por que tirar dinheiro do povo de Minas para colocar no bolso dessas empresas? Onde está a coerência do discurso? O discurso é um, e a prática é outra. O discurso é para abrir tudo. Quando as empresas demonstram que não têm competência para gerir seus negócios, aí o Estado entra com o dinheiro do povo para cobrir a incompetência dessas empresas. Essa é a prática que queremos que todo o povo mineiro conheça. Não temos espaço na mídia para divulgar isso. Não interessa a ela que isso seja divulgado. Interessa-lhe, somente, fazer o discurso que agrada ao Presidente da República. Ousamos dizer que vamos fazer oposição.

Hoje, lemos uma indagação num jornal de Minas Gerais: "Como fica o PT diante do Governo Azeredo?" Continuamos a fazer oposição a Eduardo Azeredo e Fernando Henrique. Estamos remando contra a maré? Estamos. Mas temos a coragem de continuar como um partido sério, que tem um programa, que tem princípio. Não nos vendemos, não negociamos, não barganhamos, como fizeram vários partidos, para votarem, hoje, o fim do monopólio do petróleo. Olhem o diário oficial e vejam as nomeações de apadrinhados deste Governo, que venderam o seu voto em troca dos jantares que Fernando Henrique patrocinou esta semana, para que pudesse, então, haver a quebra do monopólio. É isso que não pode mais continuar acontecendo às empresas deste País. Não queremos a PETROBRÁS, a EMBRATEL e outros órgãos como cabide de empregos. Queremos essas empresas sob o controle do povo, funcionando como empresa pública, com carreira definida, sem cabide de emprego, sem apadrinhamento, sem proteção. É para isso que vamos continuar nos mobilizando.

Para finalizar, gostaríamos de dizer que vamos continuar lutando contra essa política econômica desastrosa do Governo. Hoje, em entrevista concedida ao "Diário da Tarde", o consultor para assuntos econômicos do Governo de Minas, Paulo Haddad, Vice-Presidente Nacional do PSDB, disse o seguinte: "Do jeito que estão os juros, o Governo não agüenta". Eles mesmos estão reconhecendo isso. O consultor falou que o Governo de Minas pagou, nos últimos três anos, o equivalente a US\$3.700.000.000,00 e que, no entanto, a nossa dívida cresceu ainda mais 4,5%. Disse, ainda, que a mudança de apenas um ponto percentual nas taxas de juros eleva a nossa dívida em US\$45.000.000,00 por mês, o que equivale a 1/5 da nossa arrecadação. É isso que prejudica a economia; não é reajustar salários dos servidores, não é melhorar as condições de vida do povo, mas são essas taxas de juros altas, para sustentar os banqueiros.

É preciso mudar essa política se quisermos, de fato, alterar a situação econômica do povo brasileiro. Vamos continuar lutando para que haja reforma agrária, da mesma forma que os trabalhadores estão lutando, hoje, na porta do INCRA. Queremos reformas e desejamos a quebra do monopólio, para que possamos ter uma imprensa livre e independente, que discuta todos os assuntos e que não seja subserviente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, fizemos ontem uma visita ao Secretário de Obras do Estado de São Paulo, para tratar da nova concorrência que vai haver referente à obra da BR-381, na parte relativa a São Paulo. Os Deputados que compõem a comissão estão examinando também o que ocorre na parte relativa a Minas Gerais.

Eu não poderia deixar de tecer elogios, não só ao Secretário mas, também, ao Superintendente do DER em São Paulo, pela clareza com que nos foram fornecidas todas as informações a respeito do que ocorreu, do que ocorre e do que vai ocorrer durante

as licitações e na obra da 381.

Veja V. Exa. que o Secretário de Obras em São Paulo está promovendo audiência pública com todas as Prefeituras do trecho abrangido, com todas as associações comunitárias, com todas as câmaras municipais de todos os municípios e com todas as comunidades envolvidas no projeto da nova 381. Surpreendeu-nos estarmos analisando documentos que vão nos ajudar a entender muita coisa que aconteceu na 381.

Gostaríamos de fazer um elogio ao Governador de São Paulo, o ex-Senador Mário Covas, que estabeleceu, em decreto, que todos os documentos existentes em qualquer repartição do Estado de São Paulo têm que ser colocados imediatamente à disposição de qualquer Deputado que exigir informação a respeito daquele assunto. Com efeito, conforme decreto, todos os Deputados, sejam do partido do Governo ou da oposição, têm à sua disposição os documentos referentes a qualquer assunto que tenha sido tratado no Estado de São Paulo, seja sobre concorrência ou outra coisa. Fiquei surpreendido, porque parece-me que governar com democracia e transparência é isso. Realmente, todos nós da Comissão, que estivemos presentes, ficamos surpreendidos com a dedicação com que cuidam da coisa pública. Vejam V. Exas que as informações estão à disposição de qualquer Deputado de São Paulo que precise vasculhar e averiguar qualquer tipo de documento. Que isso sirva de exemplo para o nosso País. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, pessoas presentes a esta reunião, gostaria que compartilhassem a alegria da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais desta Casa pela audiência pública que foi realizada ontem, nesta Assembléia, a respeito da violência nos estádios de futebol.

Tivemos, aqui, a presença das Polícias Civil e Militar, do Departamento de Sociologia da PUC, da Federação Mineira, das torcidas organizadas, dos clubes, da imprensa e da ADEMG. Gostaria de dizer que o encontro foi altamente produtivo.

Ficamos impressionados com o relatório da Polícia Militar, em conjunto com a Polícia Civil, e com o trabalho que vêm realizando. A Polícia Civil mantém uma delegacia no Mineirão já há algum tempo. Estamos impressionados com o relato da Polícia Militar sobre as brigas constantes. Pudemos sentir a tensão que existe nesses momentos, o desgaste que nossas polícias estão experimentando na relação com os torcedores baderneiros, inimigos da paz, amigos da violência nos estádios. São esses que trazem intranquilidade para nossas Polícias Militar e Civil e para as pessoas que vão ao Mineirão, ao Independência e aos outros estádios para terem, ali, o seu lazer.

Creio que esta Assembléia interveio no momento correto. Tivemos a oportunidade de ter, junto à Comissão, o Deputado Paulo Schettino, com sua grande experiência no relacionamento com as torcidas e na questão da segurança. Tivemos a presença, também, dos Deputados José Braga e Antônio Roberto, interessados nessa questão. Cremos ter dado uma grande contribuição neste momento de tensão e desgaste. Pudemos ver os homens da Polícia Militar cansados e desgastados pelo constante confronto com as pessoas que vão aos estádios para procurar briga e tirar a paz dos espetáculos.

Acredito, Sr. Presidente, que o encontro foi altamente positivo, assim como a participação da Assembléia neste momento. Creio que este é o papel da Assembléia Legislativa: garantir o direito ao lazer à parcela da população de Minas Gerais que busca nossos estádios.

Pudemos ouvir as palavras do Superintendente Metropolitano da Polícia Civil, Dr. Eivaldo Brandão, sobre sua intenção de criar um departamento especial, um serviço para cuidar dos conflitos em estádios. Isso nos traz uma esperança muito grande, porque poderemos ter homens treinados pela polícia localizando pessoas no meio de conflitos e tumultos, em benefício das torcidas. São pessoas que vão aos estádios levar insegurança àqueles que verdadeiramente apreciam o esporte. Pudemos saber da intenção da Polícia Militar de fazer, juntamente com a Polícia Civil, os clubes e as torcidas organizadas, uma campanha educativa, com vídeos e folhetos, nas escolas e nas empresas, nos quais todos pudessem ver os conflitos nos estádios, em que as pessoas podem adquirir lesões permanentes ou ser mutiladas. Esse trabalho, realizado junto às escolas, às torcidas, às empresas, poderá ser de grande utilidade, contribuindo para a paz nos estádios.

Pude ouvir da Polícia Militar, da Polícia Civil, das torcidas organizadas, do Presidente da ADEMG, de todos os segmentos representados na audiência pública realizada ontem, nesta Assembléia, que o maior problema nos estádios, nos dias de hoje, é a bebida alcoólica. São pessoas que se embriagam e perdem a razão, a lucidez, desrespeitam as autoridades, os semelhantes e a própria vida; ficam valentes, provocando grandes conflitos.

Quero dizer que a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, que tenho a honra de presidir, estará acompanhando o trabalho das polícias, buscando, cada dia mais, garantir à população de Minas Gerais o direito ao lazer.

Gostaria de agradecer o pronto atendimento ao nosso convite por parte das Polícias Civil e Militar, a maneira como receberam os clubes e torcidas organizadas e o interesse dessas torcidas em ver resolvido o problema da violência nos estádios.

Aliás, como disse aos companheiros da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, algumas torcidas ostentam o título de utilidade pública estadual, tendo o dever de contribuir para a segurança nos estádios, cumprindo a Constituição do Estado.

Estarei, juntamente com os companheiros de comissão, relatando a esta Casa todos os passos de nosso trabalho e o sucesso que, sabemos, iremos conseguir no encaminhamento dessas questões e na busca de mais segurança nos nossos estádios. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, em primeiro lugar quero cumprimentar o Deputado João Leite e a Comissão de Direitos e Garantias Constitucionais por essa iniciativa que entendemos basear-se em problemas gravíssimos que atualmente têm acontecido nos estádios. São situações que prejudicam as pessoas que gostam realmente do esporte, vão aos estádios para se divertir e são surpreendidas, muitas vezes, pelo clima de violência ali reinante.

É necessário que a ADEMG esteja mais bem preparada para coibir tumultos como os que acontecem na entrada exclusiva para estudantes, onde uma das portarias foi fechada. Quando existe grande movimentação, ocorrem verdadeiros tumultos, em que estudantes são massacrados por falta de um espaço maior para entrada. É uma sugestão que fazemos à ADEMG, a fim de que ela procure dinamizar o acesso do público aos estádios, melhorando, também, a fiscalização nas portarias, principalmente em dias de grandes jogos.

Gostaríamos de comentar algumas falas ocorridas hoje. Uma delas é em relação à quebra do monopólio. Entendo que, na verdade, o assunto é muito mais complexo do que imaginamos. O Deputado Raul Lima Neto diz que temos que privatizar a toque de caixa. Seria interessante que ele conhecesse o potencial da Cia. Vale do Rio Doce, para avaliar se ela deve ou não ser colocada à venda por U\$16.000.000.000,00. Só a reserva mineral de Carajás vale mais de U\$1.000.000.000.000,00. É preciso ver o que está por trás dessas privatizações, o que representa para o desenvolvimento econômico do nosso País e do nosso Estado a Cia. Vale do Rio Doce. De toda a privatização feita até hoje pouco se investiu nas áreas da educação, saúde e saneamento básico. Não se pode simplesmente privatizar a troca de moeda podre, beneficiando algum setores e não trazendo benefício algum ao País. A Vale do Rio Doce aplica 8% do seu lucro líquido na cidade onde atua. É importante lembrar que, ao privatizar, o Governo tem que saber se realmente tem competência para administrar determinadas áreas em que não deveria estar e outras em que deveria investir mais, mas não o faz. Existem incoerências muito grandes. Por exemplo, se se vai privatizar, é necessário que se faça uma política defendendo as prioridades. Setores estratégicos de segurança nacional têm que ser vistos com mais carinho, porque os veículos de comunicação estão nas mãos de um cartel. Poderíamos dizer que uma meia dúzia somente domina a imprensa. Essa participação deveria ser mais ampliada.

Um outro assunto sobre o qual gostaríamos de alertar o Governo do Estado diz respeito ao aumento de 37% nos serviços da COPASA. Ontem à noite muitas pessoas devem ter visto o Milton Dallari informando que os Estados e municípios que aumentaram as tarifas públicas, em mais de 32%, estarão sujeitos a uma série de penalidades. Ainda há tempo de o Governo voltar atrás, principalmente no caso da COPASA. A União não concederá aval em empréstimos externos a Governos Estaduais e Prefeituras que aumentarem abusivamente suas tarifas de transportes e serviços. A média do reajuste considerada aceitável está variando de 27% a 32%.

Queríamos, também, citar o "Diário da Tarde", que publicou matéria muito interessante com o título "Um aumento abusivo". Ele elogia a COPASA -, e nós concordamos com esse elogio -, mas alega que esse aumento tem que ser revertido. As famílias carentes não vão comportar esse aumento na sua despesa de quase 40%, lembrando, ainda, que os funcionários da COPASA não vão ter nenhum tipo de aumento correspondente a esse valor.

Aproveitando a oportunidade, cito o aumento de 43% nas tarifas de transportes concedido pelo Prefeito de Governador Valadares, do PSDB.

A Prefeitura e o Estado podem ser penalizados por abuso de poder econômico.

Temos que fazer, também, um elogio ao Governador Eduardo Azeredo por uma iniciativa sua, que achamos louvável. Ele está chamando os Deputados, quando vai sancionar algum projeto de lei de sua autoria, para que ele tome conhecimento do fato. Sentimo-nos satisfeitos com isso. Esse é o terceiro projeto de lei de que fui autor e que foi transformado em lei. Esse projeto obriga o fornecedor de produtos e serviços a fixar, nas dependências de seu estabelecimento, informações relativas aos órgãos de defesa do consumidor. É a Lei nº 11.823. Toda empresa deve ter, em seu estabelecimento, a relação de órgãos de defesa do consumidor. Esse projeto foi sancionado, ontem, pelo Governador Eduardo Azeredo e sua atitude foi democrática e simpática.

Entretanto, cobraria, ainda, do Governador, mais uma providência. Somos contrários à edição excessiva de decretos. Achamos, entretanto, que esse caso terá que ser resolvido por decreto. Existe uma lei sobre a questão do uso indevido de drogas. Vamos entrar com um requerimento pedindo informações acerca da regulamentação da Lei

nº 11.544, de 25 de julho, que regulamenta o § 3º do art. 222 da Constituição Estadual. Essa lei foi publicada há quase um ano e tem o importante objetivo de promover a prevenção do uso indevido de drogas, de substâncias entorpecentes e afins, definidas na legislação própria. Trata-se, pois, de normas destinadas a conter um dos principais problemas de nosso tempo, cuja operacionalização já deveria ter sido efetuada.

Nota-se bem que o atual Governador tem sido pródigo em editar decretos. Gostaríamos, entretanto, que, neste caso, fosse tomada uma providência, uma vez que já se esgotou o prazo, de mais de 120 dias, para que essa lei entre em vigor.

Encerrando, queríamos lembrar os sem-terras que estão no INCRA. Conseguimos com o Governador o encontro das lideranças para tentar uma definição com relação aos assentamentos. Muito obrigado.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, galerias, imprensa, assessoria da nossa Casa, ocupo esta tribuna para fazer uma justa homenagem ao Governo do Estado, por haver tomado uma atitude que inova em termos de ligação com esta Assembléia Legislativa. O Sr. Governador, junto com sua equipe, tomou a decisão de, ao sancionar qualquer projeto de lei emanado desta Casa, ou seja, de autoria de algum parlamentar, fazê-lo junto com esse parlamentar. É uma inovação do Governo Eduardo Azeredo que, tenho a certeza, vem demonstrar o respeito e o apreço que ele tem pelo Poder Legislativo.

Essa ação do Governo foi inaugurada na terça-feira passada, dia 6 de junho, quando assistimos ao Governador do Estado sancionar um projeto de nossa autoria. Esse projeto torna obrigatório que os cadernos escolares adquiridos pelos órgãos públicos e caixas escolares tenham em suas capas ou contracapas mensagens cívicas, culturais ou ambientais. Assim, os alunos da rede pública de ensino, ao lerem essas capas ou contracapas terão algum conteúdo cívico, cultural ou ambiental, em mãos.

O Governador do Estado também sancionou um projeto de lei do Deputado Marcos Helênio, da Bancada do PT. O ilustre Deputado faz oposição ao Governador, na Assembléia Legislativa, mas foi convidado para a solenidade e viu um projeto de sua autoria ser sancionado, tornando-se realidade. Seu projeto se tornou um instrumento jurídico a ser utilizado pelo Estado de Minas Gerais, em termos de defesa do consumidor.

Gostaríamos de dizer que atitudes como essas que o Governo toma nos deixam satisfeitos, não porque sancionou um projeto de lei de nossa autoria, mas, principalmente, pelo método ou pelo mérito da atitude tomada, em relação aos Deputados desta Assembléia Legislativa. A nosso ver, essa posição do Governo do Estado foi acertada, pois, independentemente de o Deputado apoiá-lo ou não na Assembléia Legislativa, o Governador do Estado sanciona o projeto de lei de Deputado da Oposição e ainda o convida para participar de um ato muito simples, mas que mostra consideração com o Deputado que faz o trabalho parlamentar.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 30/95

Em 9/6/95, despacho do Sr. Presidente autorizando, com base no art. 24, VII, da Lei nº 8.666, de 1993, o fornecimento e a instalação de placas de acrílico translúcido cristal ou leitoso, do tipo colméia, à Acrílicos Perglass Ltda. - R\$2.767,50.

TERMOS DE CONTRATO

Termo de Aditamento

(Última Prorrogação)

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Contratada: WMW Sistemas de Vídeo Ltda.

Objeto: manutenção de equipamentos de áudio e vídeo.

Vigência: de 15/5/95 a 14/5/96.

Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

Assinatura: 24/5/95.

Termo de Aditamento

(2ª Prorrogação)

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Contratada: WMW Sistemas de Vídeo Ltda.
Objeto: assistência e manutenção de equipamentos de produção e edição em vídeo - UATIC.
Vigência: de 1º/6/95 a 31/5/96.
Dotação orçamentária: 3.1.3.2.
Assinatura: 24/5/95.

Termo de Aditamento

(1ª Prorrogação)

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
Contratada: Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS.
Objeto: acesso aos dados do Sistema de Oferta Turística.
Vigência: de 10/7/95 a 9/1/96.
Assinatura: 29/5/95.

Termo de Aditamento

(3ª Prorrogação)

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
Contratada: Sistemas Telecomunicações e Comércio Ltda.
Objeto: assistência técnica e manutenção de aparelhos telefônicos.
Vigência: a partir de 29/5/95.
Dotação orçamentária: 3.1.3.2.
Assinatura: 30/5/95.

Termo de Aditamento

(3ª Prorrogação)

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
Contratada: Art Portões Automáticos Ltda.
Objeto: manutenção de portões eletrônicos.
Vigência: de 4/6/95 a 3/6/96.
Dotação orçamentária: 3.1.3.2.
Assinatura: 2/6/96.
